

Processo mais fácil e rápido

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado assinou em Brasília protocolo para a Justiça virtual, que acaba com burocracia

MARCOS ROSETTI
DE BRASÍLIA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, e o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, TJ-ES, desembargador Jorge Goes Coutinho, assinaram ontem um termo de cooperação para tornar a Justiça capixaba virtual.

A proposta é eliminar o papel dos processos judiciais, adotando a digitalização em todas as etapas, o que vai permitir redução de custos, de tempo de tramitação, maior eficiência e transparência processual.

O Espírito Santo e Sergipe foram escolhidos como pioneiros do novo sistema que o STF quer levar a todo o Brasil. No Estado, ele deve levar até seis anos para ser totalmente implementado.

“É uma grande satisfação para esse conselho dar início a essa cooperação técnica com dois estados extremamente representativos do País, na busca de melhoria da prestação jurisdicional”, afirmou a ministra, após abrir a ses-

são do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que também preside.

Durante o ato de assinatura dos documentos, a ministra brincou prometendo que os próximos atos serão mediante assinatura virtual. E ressaltou a importância do momento “proporcionado pelo emprego das novas gerações de ferramentas tecnológicas”.

Foi assinado também outro termo de cooperação para desenvolvimento, padronização e uniformização terminológica a ser empregada nos sistemas processuais.

Para o presidente do TJES, a decisão leva o Judiciário para o futuro. Vai permitir maior rapidez, qualidade, segurança, eficiência e transparência no trâmite processual.

“O Espírito Santo e Sergipe são pioneiros nesta nova modalidade que visa tornar a Justiça sem papel. Estaremos implementando em todo o Poder Judiciário do Estado o novo sistema” disse.

“Isso vai dar celeridade, menos custos e mais transparência. Qualquer parte terá livre acesso via internet. Os advogados terão



A ministra Ellen Gracie cumprimenta Jorge Goes Coutinho durante cerimônia para criar Justiça virtual

acesso rápido e evitaremos muitas práticas que hoje burocratizam o processo”, acrescentou.

Jorge Goes disse também que a Justiça inovativa é para todos e vai ajudar principalmente aquele cidadão que tem menos acesso à Justiça

“Vamos eliminar carimbo”

“Finalmente o Judiciário está saindo da rotina. Vamos eliminar carimbo, burocracia, reduzir custos, eliminar na prática um sistema cartorial que já tem mais de 500 anos. Toda população com certeza ganhará”.

As declarações foram feitas pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa, um dos pioneiros em informática no Tribunal de Justiça do Estado, e que também participou da assinatura do termo de cooperação técnica no Supremo Tribunal Federal, ontem.

Ele prevê, no entanto, uma longa fase de transição – de cinco a seis anos – até chegar a uma Justiça totalmente sem papel. Com relação à segurança dos processos, o desembargador não vê dificuldades que não possam ser superadas.

“No início do século passado, quando introduziram no Judiciário a máquina de escrever, alguns se insurgiram dizendo que a única garantia de sabermos quem havia prolatado uma data de sentença era a le-

tra da pessoa no papel. De maneira que se fôssemos seguir essa lógica estaríamos ainda na era das sentenças manuscritas”, lembrou.

Pedro Valls admite que risco existe, mas cita que é como em outras atividades, nos bancos, no Imposto de Renda. “Não existe 100% de segurança. Mas todas as cautelas serão tomadas de maneira que a relação custo/benefício imporá a implantação do sistema” acrescentou.

Câmara de Domingos Martins faz homenagem a A Tribuna

DOMINGOS MARTINS – O primeiro aniversário de instalação da sucursal do jornal **A Tribuna** na região serrana do Espírito Santo foi celebrado ontem, com a entrega de uma placa comemorativa durante uma sessão solene, promovida pela Câmara de Vereadores local.

A homenagem foi recebida pelo diretor de Marketing da **Rede Tribuna**, Geraldo Schüller, que destacou a importância de se regionalizar a informação, buscando maior proximidade com a comunidade.

“Há 10 anos **A Tribuna** tinha uma tiragem de três mil exemplares. Hoje colocamos nas ruas quase 90 mil jornais. Isso mostra a importância da informação e a força da co-

municação de nosso grupo”, ressaltou Schüller.

Segundo o vereador Julio Maria dos Santos (PFL), que presidiu a sessão, Domingos Martins deu um salto para o desenvolvi-

mento nos últimos anos e precisava sediar um veículo da importância de **A Tribuna**.

“A imparcialidade e a ética na condução da informação são fundamentais para o desenvolvimento de nossa região. Foi isso que **A Tribuna** trouxe pra cá”.

O prefeito de Marechal Floriano, Elias Kieffer, ressaltou a importância econômica da região, que desponta como alternativa do turismo e agroturismo em todo o Estado.

“Fico feliz em saber que a **Rede Tribuna** enxergou esse crescimento e nos acompanha nessa caminhada”, disse.

O prefeito Wanzete Kruger, de Domingos Martins, foi representado pelo vice-prefeito, Fabio Trarbach.



Julio Maria entrega placa a Geraldo Schüller

Ex-prefeitos acusados de irregularidades

O Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) divulgou ontem a lista com os nomes de ex-prefeitos, prefeito e vereadores que estão em situação irregular junto aos cofres públicos municipal e estadual.

Na relação constam os nomes dos ex-prefeitos tucanos Luiz Paulo Vellozo Lucas (Vitória) e Aloízio Santos (Cariacica), do presidente da Câmara de Vereadores de Vila Velha, Jonimar Oliveira (PFL), e do atual prefeito de Cariacica, Helder Salomão (PT), entre outros.

Entre os crimes enumerados pelo TC-ES na lista de irregularidades estão superfaturamento, prestação de serviços sem licitação e não quitação de dívidas durante a transferência de cargo.

Caso sejam julgados culpados, eles terão que pagar multas que variam de 500 (R\$ 845) a 13 mil (R\$ 21,9 mil) VRTEs (Valor-Referência de Tesouro Estadual).

Além de multa, a Justiça pede o ressarcimento de possíveis danos ou a inclusão do

nome na Dívida Ativa da União ou no Ministério Público Estadual (MPE).

De acordo com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Frederico Pimentel, a lista não impede que os políticos disputem a eleição.

Segundo ele, os candidatos se tornam inelegíveis apenas quando o processo é transitado em julgado.

“Para serem inelegíveis, os candidatos devem estar com o processo todo julgado pelo TRE. Alguns são absolvidos e outros não. Vai depender da decisão da Justiça”, explicou.

Conforme Luiz Paulo, a inclusão de seu nome na lista não vai prejudicar sua candidatura.

“Todo ordenador de despesas possui um processo, tem contas por aprovar”, afirmou.

Aloízio e Jonimar foram procurados, mas não foram localizados. Já Helder não quis se pronunciar antes de verificar a lista.

ANTONIO MOREIRA - 01/12/2005



Frederico Pimentel: lista não impede disputa em eleição